



**MARCELO PEREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)**

COMUNICAÇÃO, MÍDIAS E EDUCAÇÃO 2

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)

Comunicação, Mídias e Educação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C741	Comunicação, mídias e educação 2 [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Comunicação, Mídias e Educação; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-695-9 DOI 10.22533/at.ed.959190910 1. Aprendizagem. 2. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 3. Comunicação na educação. I. Silva, Marcelo Pereira da. II. Série. CDD 371.1022
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Comunicação, Mídias e Educação constituem campos do saber que se entrecruzam e emolduram, por meio de suas especificidades de objetos e arcabouços teóricos, metodológicos e epistemológicos, fragmentos relevantes da arquitetura na qual a sociedade, as organizações e os atores sociais se assentam.

Nesse sentido, este livro contém um tripé, a saber, Comunicação, Mídias e Educação, que se (im)põe como condição na construção da sociedade e na consolidação da democracia, da participação, do diálogo e da análise crítica que alimenta as possibilidades de compreensão da complexa sociedade na qual estamos imersos.

A Comunicação, as Mídias e a Educação, assim, se apresentam como três campos que materializam múltiplas expectativas, desafios e oportunidades em um tempo no qual emergentes formas de ver, estar e sentir o mundo ressignificam o tecido social, redefinem profissões e produzem outras formas de interação, trocas e socialidades.

Destarte, dividimos esta obra em 2 partes: A primeira problematiza, por meio de diferentes métodos, análises, discussões e epistemes, o universo das Redes e Mídias Sociais da Internet, contendo artigos que tratam dos atores que emergem com o surgimento e a cimentação das redes sociotécnicas, os discursos que circulam no ecossistema virtual e os obstáculos decorrentes dessa ecologia.

A segunda parte engloba artigos que versam acerca das Mídias e do Jornalismo, lançando luz sobre a constituição das mídias sociais da Internet e das mídias de massa, assim como no lugar que o Jornalismo ocupa no contexto pós-moderno. Por meio de diversas discussões, metodologias e problematizações que aprofundam o olhar sobre as Mídias e o Jornalismo, tais artigos pavimentam a estrada por onde caminham, ainda que em sentidos que ora divergem e ora convergem nas interfaces entre Comunicação, Mídias e Educação.

Temos que Comunicação, Mídias e Educação devem ser entendidas e colocadas no centro da existência humana, dado que se tornaram medulares para a construção de uma sociedade mais aberta, justa, empática e sensível às demandas das labirínticas alteridades.

Marcelo Pereira da Silva

SUMÁRIO

PARTE 1: REDES E MÍDIAS SOCIAIS DA INTERNET

CAPÍTULO 1	1
A CELEBRIDADE PELO ESCÁRNIO: GRETCHEN, RISO E REDES SOCIAIS	
Jaciane Freire Santana João Gabriel Lourenço da Silva Santos Fabiana Moraes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9591909101	
CAPÍTULO 2	11
A FORMAÇÃO DE EDITORIAS DE MÍDIAS SOCIAIS EM REDAÇÕES JORNALÍSTICAS E OS DILEMAS SOBRE O PROFISSIONAL “HÍBRIDO”	
Robson Roque Ivan Satuf	
DOI 10.22533/at.ed.9591909102	
CAPÍTULO 3	24
AMINER.: METADADOS DE PESQUISAS ACADÊMICAS ATRAVÉS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
Giuliano Carlo Rainatto Genesio Renovato da Silva Neto Jucilene Faria Norberto de Almeida Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9591909103	
CAPÍTULO 4	39
ANÁLISE DISCURSIVA DE PERFIS DE DIGITAIS INFLUENCERS MIRINS	
Elane da Silva Sousa Regysane Botelho Cutrim Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9591909104	
CAPÍTULO 5	53
ECOSSISTEMA DA DES-INFORMAÇÃO: TIPOS DE CONTEÚDOS FRAUDULENTOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018	
Kennedy Anderson Cupertino de Souza Marilene Mattos Salles	
DOI 10.22533/at.ed.9591909105	
CAPÍTULO 6	66
FAKENEWS NA ATUALIDADE: ESTUDO DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS COMO RECURSO DE PROPAGABILIDADE	
Luiz Guilherme de Brito Arduino Vânia de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.9591909106	

CAPÍTULO 7	77
JORNALISMO ESPORTIVO E E-SPORTS: UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A POSSÍVEL INSERÇÃO NOS JOGOS OLÍMPICOS	
Guilherme Fernandes Mota Silva Luísa Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9591909107	
CAPÍTULO 8	88
MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DE NOTÍCIAS COM O FENÔMENO SEGUNDA TELA	
Suély Zonta	
DOI 10.22533/at.ed.9591909108	
CAPÍTULO 9	98
MÍDIAS DIGITAIS E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DA CI COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NO FACEBOOK	
Gabriel Gustavo Carneiro Braga Letícia Silva Mendonça Carolina Guerra Libério	
DOI 10.22533/at.ed.9591909109	
CAPÍTULO 10	110
O ELEITOR CONECTADO: PERFIL E CONSUMO DE CONTEÚDO NAS ELEIÇÕES 2018	
Maíra Martins Moraes Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.95919091010	
CAPÍTULO 11	125
PARA QUE SERVE UM BOATO NUMA CRISE DEMOCRÁTICA? REFLEXÕES SOBRE OS SINTOMAS, A PARTICIPAÇÃO E A UTILIDADE DOS BOATOS NA CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	
Iasminny Thábata Sousa Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.95919091011	
CAPÍTULO 12	138
PÁGINA BOLSOMINIONS ARREPENDIDOS: UMA ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA	
Izailma Jaciara Araujo Costa Márcia Inabelly Araújo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.95919091012	
PARTE 2: MÍDIAS, JORNALISMO E ANÁLISES	
CAPÍTULO 13	147
COMPOSIÇÃO, CORES E SUBJETIVIDADE: ESTUDO DO DISCURSO PREGNANTE EM INFOGRÁFICOS DO “LA NACIÓN DATA” E “ESTADÃO DADOS”	
Kelly De Conti Rodrigues Carlos Alberto Garcia Biernath Marcelo Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95919091013	

CAPÍTULO 14	161
A INVISIBILIDADE DO COVEIRO E O JORNALISMO LITERÁRIO: HISTÓRIAS DE PARATINGA	
Tiago Florencio de Abreu Angelita Pereira de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95919091014	
CAPÍTULO 15	170
A QUEDA HISTÓRICA DE ANUNCIANTES NO JORNAL O POPULAR: UMA REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DO JORNAL IMPRESSO E SUA CRISE DE FINANCIAMENTO	
Edson Francisco Leite Junior	
DOI 10.22533/at.ed.95919091015	
CAPÍTULO 16	182
A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA SÉRIE <i>ORANGE IS THE NEW BLACK</i>	
Camilla Pessoa Barros Bibiano	
DOI 10.22533/at.ed.95919091016	
CAPÍTULO 17	191
BLOCKCHAIN E JORNALISMO DIGITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O MODELO DE NEGÓCIOS DA EMPRESA THE CIVIL MEDIA COMPANY	
Lucas Rezende Costa Luísa Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95919091017	
CAPÍTULO 18	202
COTAS UNIVERSITÁRIAS NAS COLUNAS DE CARTA CAPITAL: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	
Elisa Fabris de Oliveira Edinete Maria Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.95919091018	
CAPÍTULO 19	214
DO FEMININO AO FEMINISMO: UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS NA REVISTA AZMINA	
Thais Martins Rossi Maria Emília Pelisson Manente	
DOI 10.22533/at.ed.95919091019	
CAPÍTULO 20	226
FEMINICÍDIO E A IMPRENSA BRASILEIRA: ANÁLISE DA COBERTURA DIGITAL SOBRE O CASO TATIANE SPITZNER	
Bruna Silvestre Innocenti Giorgi	
DOI 10.22533/at.ed.95919091020	

CAPÍTULO 21	238
IMAGINÁRIO, MULTICULTURALISMO E APOCALIPSE NO FILME CÍRCULO DE FOGO	
Rafael Iwamoto Tosi	
DOI 10.22533/at.ed.95919091021	
CAPÍTULO 22	250
LIMITAÇÕES À DIVERSIDADE SIGNIFICATIVA DE VERSÕES NAS NOTÍCIAS: A COBERTURA D'O GLOBO E DO DIARIO DE PERNAMBUCO NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018	
Nathália Carvalho Advíncula	
Maria Clara de Oliveira Martins	
Heitor Costa Lima da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.95919091022	
CAPÍTULO 23	262
O CINEMA E O DUPLO: ANÁLISE MIMÉTICA DO FILME MARINA	
Bárbara dos Santos Oliveira	
Crislene Susane Fernandes Moreira	
Alexandre Bruno Gouveia Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95919091023	
CAPÍTULO 24	273
O SENSACIONALISMO E A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO POLICIAL MARANHENSE: UM ESTUDO DO PROGRAMA BANDEIRA 2	
Samantha Kelly Tinôco Araújo	
Alexandre Bruno Gouveia Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95919091024	
CAPÍTULO 25	284
<i>PANTHER IS THE NEW BLACK</i> : REPRESENTATIVIDADE E CULTURA NA COMUNICAÇÃO DO FILME PANTERA NEGRA	
Rodrigo Sérgio Ferreira de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.95919091025	
CAPÍTULO 26	297
POR TRÁS DAS GRADES: O SILÊNCIO SOBRE OS PRESÍDIOS FEMININOS NO BRASIL	
Gabriel Barros da Silva Eduardo	
Julia Borsoi de Oliveira	
Natalia Vicente Teixeira	
Maria Emilia Pelisson Manente	
William Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95919091026	
CAPÍTULO 27	306
PRODUÇÃO IMAGÉTICA NO CINEMA: CONVERGÊNCIAS REPRESENTATIVAS ENTRE AS PRODUÇÕES DE JEAN-LUC GODARD E LARS VON TRIER	
Marcelo dos Santos Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95919091027	

CAPÍTULO 28	316
VALORES-NOTÍCIA NO JORNALISMO AUTOMOTIVO	
Sergio Quintanilha	
DOI 10.22533/at.ed.95919091028	
CAPÍTULO 29	330
UMA REVISÃO NARRATIVA DA MÍDIA E DA SAÚDE MENTAL NA ATUALIDADE	
Paloma da Silva	
Andressa Rosa de Araújo	
Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi	
DOI 10.22533/at.ed.95919091029	
CAPÍTULO 30	344
TEORIAS DO JORNALISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PARA DESCONSTRUIR AS <i>FAKE NEWS</i>	
Gabriela Souza Silva	
Mariana Oliveira Santos	
Carmen Regina de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.95919091030	
CAPÍTULO 31	356
RETRATOS E IDENTIDADES DO LICEU MARANHENSE: UMA VIVÊNCIA DA ARTE DA FOTOGRAFIA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Elma Vilma Silva Ferreira	
Ellen Lucy Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95919091031	
SOBRE O ORGANIZADOR	363
ÍNDICE REMISSIVO	364

COTAS UNIVERSITÁRIAS NAS COLUNAS DE CARTA CAPITAL: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Elisa Fabris de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo e
Faculdade de Ensino Superior de Linhares

Vitória – Espírito Santo

Edinete Maria Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

UNIVERSITARY QUOTAS ON CARTA CAPITAL'S COLUMNS: A SOCIAL REPRESENTATION STUDY

ABSTRACT: The purpose of this study was to identify and understand the social representations of university quotas published in the columns and blogs of Carta Capital magazine between 2008 and 2017. The ten-year period contemplated by the research was intended to cover previous years during and after the promulgation of the Law of Quotas, which established the reserve of 50% of the graduation admissions for the Federal Universities and Institutes. The data collection returned 14 texts, which showed that the central theme of the discussions was about racial quotas, with the word "negro" being the most mentioned in the corpus, with a frequency of 153. The data were analyzed with the aid of the Iramuteq software, from the Classical Lexographic Analysis and the Descending Hierarchical Classification, which organized the data into six distinct classes.

KEYWORDS: university quotas; carta capital; columnists; representations.

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo identificar e entender as representações sociais de cotas universitárias veiculadas nas colunas e blogs da revista Carta Capital, entre 2008 e 2017. O período de dez anos contemplado pela investigação teve como propósito abarcar anos anteriores, durante e posteriores a promulgação da Lei das Cotas, que instituiu a reserva de 50% das vagas de graduação para as Universidades e Institutos Federais. A coleta de dados retornou 14 textos, que demonstraram que o tema central das discussões debruçou-se sobre as cotas raciais, tendo a palavra "negro" como a mais mencionada no corpus, com frequência de 153. Os dados foram analisados com o auxílio do *software* Iramuteq, a partir da Análise Lexográfica Clássica e da Classificação Hierárquica Descendente, que organizou os dados em seis classes distintas.

PALAVRAS-CHAVE: cotas universitárias; carta capital; colunistas; representações sociais.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo, originalmente apresentado no XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, teve como objetivo

identificar e entender as representações sociais de cotas universitárias veiculadas nas colunas e blogs da revista Carta Capital, no período de 2008 a 2017 - anos anteriores, durante e posteriores a promulgação da Lei das Cotas (12.711/2012).

O debate sobre as cotas universitárias no Brasil iniciou-se aproximadamente em 2000 e até hoje permeia os espaços públicos, midiáticos e acadêmicos. A partir de 2012, as cotas universitárias passaram a ser obrigatórias com a implementação da lei federal que prevê 50% de reserva de vagas nas Universidades e nos Institutos Federais. Dessas vagas, 25% destinam-se a alunos de baixa renda e 25% a alunos de escolas públicas. Contudo, dentro desse último grupo, reserva-se ainda vagas para pretos, pardos e indígenas, em proporção equivalente ao levantamento do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cada região do país.

A reserva de vagas nas universidades federais é entendida como uma ação afirmativa, pois visa possibilitar que grupos socialmente tidos como minoritários recebam condições especiais para competirem com maior igualdade, de modo a superarem as barreiras de exclusão existentes no país. De acordo com Corbucci (2016) e Silva e Silva (2012), as ações afirmativas consistem em buscar a redução da desigualdade social e a integração de certos grupos à sociedade, ao dar condições as minorias de acesso à educação, ao emprego, à representatividade política, entre outros bens sociais, levando em consideração que esta igualdade não ocorreria sem a existência delas. Esse tipo de política social também deve ser entendido pelo seu caráter temporário, uma vez que é previsto de antemão que elas vão sendo diminuídas e eliminadas quando superadas as condições desiguais (KAUFMAN, 2007).

Apesar de fazerem parte do contexto brasileiro desde a Constituição de 1988, no Brasil, as ações afirmativas apresentam-se como um tema polêmico que costuma dividir a opinião pública. Em relação às cotas universitárias, os argumentos contra a medida frequentemente sustentam-se nas noções de falta de igualdade e de justiça na ação; na dificuldade em se definir quem é negro e pardo no Brasil; em uma possível queda na qualidade das universidades; na desvalorização dos diplomas das universidades públicas; e no acirramento do preconceito racial (MENIN et al, 2008).

Já os argumentos a favor da medida entendem que a igualdade e a justiça só existem quando as políticas públicas levam em conta o contexto histórico e as trajetórias de grupos marcados por vulnerabilidades, discriminação e falta de privilégios; a noção de que por meio das ações afirmativas, as desigualdades e o próprio racismo tenderão a diminuir; as ideias de que a excelência acadêmica deve-se embasar na valorização da diversidade, e de que o descompasso de rendimentos devem ser corrigidos no próprio âmbito acadêmico; e que nesse contexto devem prevalecer os conceitos de equidade e de justiça social (SANTOS; SCOPINHO, 2016).

Diante das disparidades no posicionamento em relação à política, é possível pontuar que a polêmica e a relevância que envolvem as cotas universitárias está relacionada ao fato dela promover alteração na estrutura social do país, buscando

romper com o *status quo* que atua na manutenção da hegemonia de um determinado grupo em relação a outros. Nesse sentido, quando a proposta de adoção das cotas sociais e raciais nas universidades foi apresentada e passou a ser debatida nas esferas legislativas, civis, judiciárias e executivas, houve grande repercussão, com manifestações de rua e diversas discussões mediadas e protagonizadas pelos veículos de comunicação (POSSENTI; BITTAR, 2016; MARTINS, 2007).

Segundo Possenti e Bittar (2016), a imprensa participou ativamente desse debate e não se mostrou imparcial. Embasados em uma análise do discurso de textos de jornais publicados entre julho e agosto de 2012, os autores afirmam que maior parte da mídia esteve ativamente engajada em posicionar-se contra as cotas, em desqualificar a medida e em silenciar os argumentos favoráveis a ela; mas para além da parcialidade, a imprensa teve como mérito propiciar que o tema enfim entrasse em pauta, e que a discussão finalmente viesse à tona (POSSENTI; BITTAR, 2016; MARTINS, 2007).

Assim, entender como a política se constituiu como um conhecimento do senso comum, considerando os discursos legitimados, propagados e constituídos pelos veículos midiáticos apresenta-se como necessário e oportuno. Nesse sentido, a presente pesquisa propôs-se a investigar as representações sociais veiculadas nas colunas e nos blogs da revista Carta Capital acerca das cotas universitárias durante um período de dez anos.

A investigação optou por se debruçar especificamente sobre os textos dos colunistas, uma vez que esse espaço dentro das revistas costuma conceder maior liberdade aos autores, já que a equipe editorial teoricamente não atua sobre ele, e, assim, possibilita que as opiniões sejam emitidas de forma mais explícita e evidente. Todavia, é preciso pontuar que a isenção do nome da revista neste tipo de matéria não deve ser considerada total. Sabe-se que os colunistas e blogueiros são escolhidos e pagos pela revista; de modo que é notória a compatibilidade de visões de mundo, ideológica e política entre os veículos e seus colunistas. Assim, por se tratar de um tema polêmico, acredita-se que o estudo dos textos publicados nas colunas e blogs de Carta Capital possibilitarão entender de que forma a própria revista se posicionou acerca da política de cotas universitárias, que representações sociais foram disseminadas por ela, e, tudo isso, de forma explícita, por meio dos textos de seus colunistas.

2 | A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais são a compreensão compartilhada e de senso comum que um determinado grupo possui acerca de objetos e fenômenos com que costumam lidar no dia a dia. Elas consistem na interpretação de algo novo, a princípio ainda desconhecido, a partir de outros conhecimentos já dominados e de fácil assimilação,

transformando o diferente em algo familiar, por meio de um processo psicocognitivo (MOSCOVICI, 2017).

As representações sociais estão estreitamente ligadas ao contexto social, à época e aos sujeitos que as compartilham. Por outro lado, elas atuam ativamente na formação desses sujeitos, na orientação de suas práticas e na interpretação que eles fazem do mundo (MOSCOVICI, 2017). Portanto, elas devem ser entendidas como um conhecimento do senso comum que ao mesmo tempo em que é dinâmico, está suscetível a mudanças e é construído no decurso do tempo, é também responsável por atuar na construção da sociedade, especialmente nas ideias que nela circulam (MOSCOVICI, 2017).

A respeito da formação das representações sociais, Moscovici (2017) explica que elas se constituem a partir de dois processos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem caracteriza-se por classificar, dar nome e sentido a um objeto estranho e não familiar, através de outros conhecimentos já existentes, organizados e categorizados de acordo com os padrões vigentes e os valores sociais seguidos pelos indivíduos. A objetivação, por sua vez, refere-se à face icônica da interpretação; ela tem a função de dar materialidade a uma ideia abstrata, tornando-a mais compreensível, concreta e figurativa.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra da pesquisa contemplou as reportagens publicadas nas colunas e blogs da revista Carta Capital entre os anos de 2008 e 2017. Considerou-se esse período de dez anos, uma vez que ele é capaz de abarcar as discussões que antecederam e que ocorreram simultaneamente e posteriormente a promulgação da Lei das Cotas.

A escolha exclusivamente dos textos das colunas e blogs da revista, conforme mencionado anteriormente, foi assim deliberada considerando que esses espaços apresentam maior liberdade aos autores de se posicionarem, com menor interferência editorial, mas, ainda assim, dialogando com as visões de mundo e opiniões assumidas pela revista. Por isso, tratando-se de um assunto polêmico e delicado como é a política de cotas, acredita-se que essa estratégia para a elaboração do corpus tenha sido adequada.

Para a coleta dos dados foi utilizado o campo de busca do site da revista Carta Capital. Os termos usados para identificação das reportagens de interesse do estudo foram “cota” e “cotas”. A busca retornou diversas reportagens que não se referiam ao tema de interesse. Assim, após a identificação dos materiais que cumpriam os critérios de inclusão, chegou-se ao resultado final de 14 reportagens. Faz-se necessário reforçar que além das colunas foram contemplados os blogs, por eles apresentarem grande semelhança de estilo textual e por eles serem incorporados na própria busca do site da Carta Capital.

O recorte temporal foi assim adotado, uma vez que 2008 foi um ano representativo para a política, com a adoção da medida por diversas universidades federais de forma voluntária e autônoma (como a Universidade Federal do Espírito Santo); e o ano de 2016, por ser aquele em que se esgotou o prazo para adequação das instituições a Lei das Cotas, bem como o ano em que foi publicada a portaria normativa número 13, de 11 de maio de 2016, que exigia a proposta de inserção da política pelos programas de pós-graduações. Além disso, nesse período mais recente também foram debatidas questões acerca das fraudes na adoção das cotas, tais como formas de punição, denúncia e medidas de fiscalização. Assim, buscou-se com esse período de dez anos abarcar as principais discussões acerca das cotas universitárias no Brasil.

Com o auxílio do *software* Iramuteq, os dados foram analisados a partir da Análise Lexográfica Clássica, que possibilita a descrição do corpus por meio de dados estatísticos básicos, e da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que promove de forma automática e contextualizada uma análise informática de conteúdo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta dos dados retornou 14 textos sobre cotas universitárias publicadas nas colunas e blogs de Carta Capital. Segundo a Análise Lexográfica Clássica, as palavras mais presentes no corpus foram “negro” (153); “cota” (141) e “universidade” (97). A alta frequência do termo “negro” demonstra como a discussão da revista esteve principalmente embasada na questão de raça, ainda que a medida se destine a esse, mas também a outros grupos de minoria, tais como alunos de baixa renda, de escolas públicas, indígenas e, desde 2016, de pessoas com deficiência – Lei 13.409.

Observou-se também que os colunistas passaram a se manifestar quando o tema já era uma realidade. Apesar da coleta de dados iniciar no ano de 2008, somente a partir de 2011 foi encontrado o primeiro texto que compôs o corpus. As colunas publicadas estiveram assim organizadas de acordo com o ano de publicação: uma em 2011; três em 2015; duas em 2016 e oito em 2017. Chama atenção como os colunistas intensificaram sua participação no debate sobre as cotas no período mais recente. Acredita-se, que esse fato tenha ocorrido, uma vez que em 2016 encerrou-se o prazo de adequação e cumprimento completo da Lei das Cotas pelas Universidades Federais, e, a partir daí, as pressões e discussões para implantação da política em instituições estaduais passou a ser mais frequente. Entende-se que o grande volume de publicações no ano de 2017 esteja relacionada a pressão da revista em contribuir para o debate pró-cotas na Unicamp e na USP - dois nomes frequentes no corpus investigado, respectivamente mencionados 56 e 44 vezes -, assim como debater sobre as questões de fraudes na aplicação da lei, que passaram a ser identificadas, investigadas e fiscalizadas após alguns anos de sua promulgação.

A CHD, por sua vez, identificou seis classes (conforme apresenta a Figura 1) que foram denominadas de: “Identidade e nomenclatura dos candidatos às cotas raciais”; “Guerra na Unicamp: Aceitar ou não as cotas”; “Mobilização pró-cotas: Organização e luta”; “Racismo na academia”; “Racismo e desigualdade no Brasil” e “Disputas grupais no cenário das cotas”. Preliminarmente, é possível observar que a revista Carta Capital participou ativamente do debate sobre a temática das cotas universitárias e que suas representações sociais aparecem sustentadas na ideia de disputas grupais em um contexto racista (seja ele na academia ou fora dela); na ideia de luta, que exige mobilização, articulação e debate; e, acima de tudo, na questão de raça, ou mais especificamente, do negro, que se fez central em quase todos os textos analisados.



Figura 1: Dendrograma com as classes de palavras organizadas a partir da CHD.

Sobre a Classe 1, que reteve 11,44% do corpus e foi denominada de “Identidade e nomenclatura do candidato às cotas raciais”, observa-se que os termos “Pardo”; “Cor”; “Candidato”; “Combate”; “Discriminação”; “Preto” e “Raça” dão o tom do conteúdo principal ali reunido. A partir da análise dos contextos das frases, é possível perceber que nesta classe estão organizados os textos que tratam sobre a forma como os candidatos às cotas raciais devem ser identificados, reforçando questões frequentemente discutidas pelo movimento negro acerca de sua identidade. Alguns dos trechos que melhor exemplificam essa classe são: “[...] utiliza o vocábulo negro agrupando nesta terminologia o preto, o pardo e o mestiço de ascendência africana”;

“O Brasil, ao longo da efetivação da política de cotas, adotou várias nomenclaturas, entre elas afrodescendente, afro-brasileiro e, mais utilizados, os termos pretos e pardos”; “[...] a grande dificuldade neste quesito particular pode ser notada pela mistura de possibilidades interpretativas. Preto e pardo não são raças nem mesmo sociológicas, e sim cor de pele”.

Neste contexto, observa-se que os colonistas buscaram discutir e demonstrar quem são os negros no Brasil e como eles devem ser identificados, principalmente, quando se trata de uma política voltada para eles, mas que, eventualmente, acaba sendo fraudada, ou seja, o seu benefício é utilizado por membros de outros grupos. Verifica-se, contudo, que o debate não tem como objetivo desmerecer as cotas, pelo contrário. Os textos buscam discutir a questão com a finalidade de externar um debate frequente dentro do grupo negro, sustentado sob aspectos jurídicos e sociológicos, com o objetivo de fazer a política ser certa, atendendo de fato a quem ela se destina.

Assim, pode-se dizer que essa representação não só se sustenta na ideia de que falar de cotas é falar de negro, como também expõe a tomada de posição dos autores em trazer à tona quem são os negros, qual a sua identidade e quem deve ser atendido pela reserva de vagas raciais destinada a esse grupo.

A Classe 2 dialoga com o contexto universitário. Denominada de “Guerra na Unicamp: Aceitar ou não as cotas”, com representação de 12,44% do corpus, ela reúne como principais termos as palavras “IFCH” (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp); “Faculdade”; “Conselho”; “Unicamp” e “GT” (Grupo de Trabalho). Entre os segmentos de texto destacados pela CHD estão: “[...] ainda assim é penoso recordar que poucos são os docentes e discentes do IFCH que compareceram a ao menos uma das três audiências que ocorreram em outubro, novembro e dezembro”; “[...] tanto na história do IFCH como na discussão sobre racismo e políticas de ações afirmativas na pós-graduação da Unicamp, também neste evento estavam presentes diversos pesquisadores e pesquisadoras, bem como militantes da área e produtores culturais periférico”; “A luta dos coletivos por reserva de vagas na pós-graduação da Unicamp teve início no fim de 2014 quando foi aprovada a reserva de vagas no IFCH para negras e negros e indígenas”.

Esta classe reuniu conteúdos referentes as discussões e lutas que ocorreram na Unicamp acerca da implementação das cotas, tanto em âmbito de graduação como de pós-graduação. Os textos evidenciam a independência dos institutos para tomarem suas posições, mas demonstram também a pressão sofrida por eles em decorrência delas. Apesar de na maior parte das vezes os textos falarem do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), foi possível observar também referência a outros institutos, tal como o de Economia.

Observa-se que nessa representação fica bastante evidente o processo de objetivação e ancoragem. A classe sustenta-se na noção de embate, de disputa por espaço, poder, sendo a ideia de conflitos grupais e de necessidade de luta pelas

minorias o que ancora a representação. Por outro lado, verifica-se que essas ideias são agrupadas e objetificadas por meio dos diversos exemplos minuciosamente descritos sobre casos reais que ocorreram na Unicamp. A tomada de posição dos autores e, conseqüentemente da revista, é pró-cotas; porém, essa argumentação dá-se por meio da apresentação dos entraves e das disputas em prol da superação de um *status quo* institucionalmente enraizado.

A Classe 3, por sua vez, sai do foco acadêmico e privilegia os movimentos de luta. Denominada de “Mobilização pró-cotas: Organização e luta”, ela reúne 16,42% do corpus e termos como: “Movimento”; “Consciência”; “Estudantil”; “USP”. Os contextos em que esses termos são empregados são principalmente representados por frases como as descritas a seguir: “A atualização dessa proposta foi construída em conjunto com o movimento estudantil da USP, formulado pela frente pró-cotas, composto pelo Movimento Estudantil da USP, Levante Indígena e Coletivo Por Que a USP Não Tem Cotas?, sob a liderança do Núcleo de Consciência Negra na USP, que a reivindica desde 1995”; “[...] e apresentação de uma proposta de cotas raciais para a USP formulada pela frente pró-cotas, composta pelo Movimento Negro de São Paulo e atualizado pelos coletivos negros e pelo Núcleo de Consciência Negra na USP”; “Não sei que forças ocultas ajudaram a arrefecer o debate iniciado em 1995, pois o reitor Jacques Marcovitch, com plena consciência e grande sensibilidade quanto à questão racial no Brasil, não se empenhou o suficiente [...]”.

A Classe 3 organiza um conteúdo que trata especificamente da mobilização dos grupos em favor das cotas. Retomando a própria noção de origem das ações afirmativas, os textos trazem a ideia de luta, de esforço e de organização grupal para fazer valer as cotas, especialmente as cotas raciais. Novamente, os casos exemplificados tratam da Unicamp e da USP, instituições que por serem estaduais não são regidas pela lei federal das Cotas, e onde o embate parece ter sido mais acirrado, assim como simbólico, considerando a reputação das instituições. Assim, pontua-se que mais que uma visão política, a implementação das cotas é tratada como uma questão de luta organizada, de combate, de empenho dos grupos minoritários, a quem ela se destina.

Em relação a Classe 4, identificada como “Racismo na academia” e que reúne 14,92% dos dados, observa-se que os principais termos que a representam são: “Departamento”; “Doutorado”; “Pesquisa”; “Conhecimento”; “Trabalho” e “Docente”. Para entender melhor seus significados, recorreu-se aos contextos mais representativos em que essas palavras aparecem, sendo eles os seguintes: “[...] contrariando o que fora decidido, o departamento de filosofia decidiu não adotar cotas. Como se o fato em si já não fosse suficientemente descabido, a justificativa apresentada apenas demonstrou o entendimento superficial e distorcido que o departamento tem acerca da questão racial no Brasil”; “[...] em vez de ter a chance de se tornar um modelo para outros programas de pós-graduação, o departamento optou por se juntar ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade”.

A análise dos dados possibilita entender que os resultados demonstram que nessa classe organizam-se as ideias que tratam sobre a falta de diversidade na academia e os desafios de se estar nesse espaço, produzir e pesquisar algo que foge da temática habitual, mais precisamente falando de como os negros se sentem nesse contexto. A classe também traz narrativas de fatos que demonstram essa ideia na prática, assim como reforça a dificuldade de implementação das cotas no contexto dos programas de pós-graduação.

Portanto, ela se refere propriamente ao ambiente acadêmico e, mais ainda, às decisões institucionais e à lógica em que lá opera. É importante ressaltar também que essa classe trata da elite acadêmica, não de vestibulandos e nem dos alunos de graduação, mas dos mestres e doutorandos, das pós-graduações, das pesquisas, da produção acadêmica. Visivelmente, a revista expõe o espaço em que ocorrem as tomadas de decisão e traz as discussões que têm sido realizadas mais recentemente sobre a dificuldade de se incentivar que as minorias façam parte desse grupo visto e tido como seletos.

Na Classe 5, identificada como “Disputas grupais no cenário das cotas”, que representou 18,91% do corpus, foram encontrados como termos principais as palavras “Escola”; “Público”; “Ensino”; “Garantir”; “Condição”; “Superior”; “Reserva”; “Recurso”; “Médio”. Entre os trechos representativos da classe, destacam-se os seguintes: “Aproveitando mais um momento de seleção nacional de estudantes para o curso superior, gostaria de trazer para o debate a questão da reserva de vagas para negros, portadores de deficiências e estudantes de escolas públicas [...]”; “temos que ressaltar que toda essa avalanche de ofensas que intimidam alunos cotistas nas universidades públicas e particulares vêm de um país que cria *hashtags* diversificadas e, porque não dizer, totalmente caricatas de apoio às vítimas de racismo”; “A defesa da cota para estudantes oriundos da rede escolar pública não é função de terem mais ou menos recursos financeiros, mas do entendimento de que esta é uma das formas de se buscar o fortalecimento da escola pública”; “Hilário é que esse argumento só é utilizado para deslegitimar políticas públicas que servem para minimamente equiparar as condições de vida entre brancos e negros no território brasileiro”.

Nessa classe, observa-se que a representação se sustenta em dois aspectos principais: em elementos que descrevem a política de cotas (escola, ensino, público, reserva); e no embate grupal que a medida promove. Ou seja, entende-se que, a partir dessa classe, os colunistas de Carta Capital representam as cotas universitárias por meio da noção de que elas ocorrem em um âmbito escolar, de nível superior, ao reservar vagas para um determinado grupo; mas que, ao mesmo tempo, e igualmente importante, vincula-se a noção necessidade, de racismo de falta de recursos, de equiparar condições desiguais.

Por fim, a Classe 6, que concentrou a maior parte do corpus com 24,88%, foi chamada de “Racismo e desigualdade no Brasil”. Ela teve como principais termos representativos as palavras “População”; “Racista”; “Pessoa”; “Branco”;

“Democrático”; “Negro”; “Prático” e “Privilégio”. Inseridas no contexto das publicações, essas palavras apareceram em trechos como: “Essa ampliação reflete um país que tem mudado, mas que ainda precisa avançar muito para a efetiva inclusão em variados níveis. Os negros representam a maior parte da população, 52,9%, já os pós-graduandos negros representam apenas 28,9% do total”; “A falta de capacidade da sociedade brasileira em reconhecer que o processo de escravização dos negros gerou consequências socioeconômicas que obstam metade da população brasileira de acessar os direitos mais básicos de cidadania foi responsável pela reprodução falaciosa de uma série de discursos enviesados e desonestos”; “achava que esse lugar de vasta produção científica seria automaticamente mais tolerante, mas o elitismo enraizado nas instituições brasileiras e no nosso cotidiano permite absurdos como cartazes e pichações de cunho racista, ou mesmo a omissão da reitoria [...]”; “O mundo racista sempre fez questão de deixar claro que deseja às pessoas negras o pior lugar da sociedade [...]”

Reunida aqui a maior parte do conteúdo coletado, a classe traz o reforço da ideia de como a questão da raça, dos negros é que ancora a representação de cotas universitárias veiculadas nas colunas e blogs da revista Carta Capital. Os textos bastante explícitos retratam como a desigualdade e o racismo constroem o cenário em que as cotas se inserem, fazendo-as, assim, de fato necessárias. É importante salientar a coerência das ideias que aparecem nesse resultado, uma vez que o próprio conceito de ação afirmativa emerge da noção de que se as desigualdades sociais se fazem presentes, é fundamental que haja também políticas desiguais que, enfim, possibilitem o equilíbrio do poder, da representatividade e do acesso aos diferentes grupos que compõem uma sociedade (CORBUCCI, 2016; MOEHLECKE, 2002).

Nesse sentido, salienta-se ainda que o argumento do mérito e da meritocracia, muito comum nos debates acerca das ações afirmativas e das cotas universitárias (MENIN et al., 2008; SANTOS; SCOPINHO, 2016) não se fez presente de nenhuma forma nos resultados encontrados. Fala-se de luta, de esforço, de mobilização, de desigualdade, de racismo, de elitismo, de quem é o negro, de sua identidade, da universidade e de seus padrões pouco diversos e acessíveis, mas não se fala de mérito e nem de meritocracia.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos 14 textos publicados nas colunas e blogs de Carta Capital sobre cotas universitárias, sob a perspectiva teórica das representações sociais e por meio da Análise Lexográfica Clássica e da CHD, observou-se que a revista participou ativamente do debate sobre a reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras, assim como se posicionou, por meio de seus colunistas, claramente a favor da medida. Os resultados demonstraram ainda como a questão racial, mais

especificamente do negro, esteve no centro das discussões e, conseqüentemente, da representação social encontrada. Apesar de as cotas preverem reserva para estudantes de baixa renda, de escolas públicas, de indígenas e, mais recentemente, de pessoas com deficiência, foram as cotas para pretos e pardos que mobilizaram os textos em análise.

Observou-se também que apesar de contemplar o período de 2008 a 2017, somente foram identificados textos dos colunistas a partir de 2011, ou seja, quando a lei já estava quase sendo promulgada, o que aconteceu em 2012. Pode-se dizer assim, que os autores em questão somente se pronunciaram sobre a temática quando as cotas já eram uma realidade e quando várias universidades já as adotavam de forma independente.

Sobre os conteúdos e elementos representacionais veiculados nos textos analisados, a CHD os organizou em seis classes, denominadas de: “Identidade e nomenclatura dos candidatos às cotas raciais”; “Guerra na Unicamp: Aceitar ou não as cotas”; “Mobilização pró-cotas: Organização e luta”; “Racismo na academia; “Racismo e desigualdade no Brasil” e “Disputas grupais no cenário das cotas”. Apesar da diferença e diversidade contemplada por elas, foi possível identificar que essencialmente para os colunistas e blogueiros de Carta Capital, falar de cotas universitárias significou escrever sobre disputas grupais em um contexto racista (seja ele na academia ou fora dela); sobre luta mobilização, articulação e debate; e principalmente, sobre os negros, seus desafios, sua realidade, identidade e sobre a importância das cotas para que a mudança e a superação das desigualdades históricas sejam possíveis.

Concluiu-se, assim, que as colunas e blogs da revista não só participaram das discussões sobre as cotas universitárias, como também denunciaram desigualdades, fraudes, situações de racismo e, diferentemente de outros veículos, posicionaram-se fortemente e explicitamente a favor da medida, seja no âmbito da graduação como da pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 16 abr 2019.

BRASIL. **Lei nº 13409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 10 abr de 2019.

BRASIL. Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/12052016-PORTARIA-NORMATIVA-13-DE-11-DE-MAIO-DE-2016-E-PORTARIA-N-396-DE-10-DE-MAIO-DE-2016.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2019.

CASTRO, B. G. S. M. M.; RANGEL, E. M.; CASTRO, M. J. S.; BORGES, L. F. C.; AMARAL, S. C. S. A política de cotas como mecanismo de enfrentamento à pobreza e democratização do ensino superior: Uma análise dos efeitos da desigualdade educacional no exercício da cidadania e na justiça social brasileira. **Interdisciplinary Scientific Journal**, v. 3, n. 4, p. 198-209, 2017

CORBUCCI, P. R. Desigualdade no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Org.), **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 153-176.

KAUFMANN, R. F. M. (2007). **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MARTINS, A. R. N. Racismo e Imprensa: Argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: Santos, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: UNESCO, 2007, p. 179-206.

MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M.; SILVA, D. J.; CIOLDI, F. L.; BUSCHINI, F. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: Confronto de valores. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 255-272, 2008.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 117, p. 197-217, 2002.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2017.

POSSENTI, S.; BITTAR, A. L. B. Discursos sobre cotas no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 58, n. 1, p. 113-137, 2016.

SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 267-279, 2016.

SILVA, P. B.; SILVA P. Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 525-542, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

Marcelo Pereira da Silva - Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, desenvolvendo o projeto intitulado: “Ecologia da Comunicação Organizacional – consumidores, instituições e públicos de afinidade nas redes sociais virtuais: interatividade, decepção, convivência e conflitualidade” (2018). Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo na linha de pesquisa Comunicação Institucional e Mercadológica, defendendo a tese: “A comunicação corporativa e o discurso do consumidor contemporâneo nos sites sociais de reclamação: decepção e coabitação na rede – desafios e oportunidades” (2016). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, apresentando a dissertação: “Sentidos de Brasil na imprensa argentina – A teia noticiosa do periódico *Clarín* (2009). Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (2003). Atualmente, é docente permanente do Mestrado Interdisciplinar "Cultura e Sociedade", do Mestrado Profissional de Comunicação e do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís. É diretor da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, coordenando os Núcleos de Relações Públicas e Cerimonial, Rádio e TV, Web Jornalismo e Produção Visual e Publicidade desde agosto de 2018. Coordena o Grupo de Pesquisa ECCOM – Ecologia da Comunicação Organizacional na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marcelosilva_rp@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aminer 36

Análise de discurso 39, 46, 148, 159

Análise quantitativa 259

Anúncio 133, 134, 142, 170, 171, 176, 177, 178, 292

B

Blockchain 191, 192, 198, 199, 200, 201

Boato 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

C

Capital social 9, 98, 99, 100, 101, 104, 107, 109, 192, 200

Celebridade 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10

Cinema 23, 189, 238, 239, 240, 262, 264, 265, 271, 272, 283, 284, 285, 286, 288, 291, 293, 294, 295, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 315

Cobertura jornalística 77, 82, 83, 86, 250, 324, 327

Comportamento do consumidor 88, 295

Consumo 6, 11, 12, 14, 54, 88, 91, 96, 110, 113, 114, 117, 119, 144, 193, 216, 287, 288, 328, 334, 336, 340, 343

Conteúdo 3, 8, 12, 14, 15, 19, 24, 31, 49, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 69, 79, 80, 82, 83, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 106, 110, 113, 114, 117, 138, 140, 141, 143, 144, 148, 155, 156, 164, 170, 171, 172, 174, 175, 180, 181, 188, 192, 197, 199, 206, 207, 209, 211, 216, 226, 227, 230, 231, 232, 236, 252, 255, 256, 257, 258, 263, 276, 280, 286, 287, 297, 298, 331, 332, 348, 350, 361

Cotas 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213

Cotidiano 18, 44, 47, 55, 81, 126, 135, 167, 174, 194, 195, 196, 211, 216, 222, 233, 282, 295, 297, 298, 304, 312, 313, 314, 335, 356, 358, 361

E

Eleições 53, 54, 57, 59, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 132, 136, 138, 157, 255, 260, 355

E-sports 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86

F

Fake News 53, 55, 56, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 123, 134, 136, 293, 344, 345, 349, 350, 353, 354, 355

Feminismo 185, 214, 217, 218, 219, 224, 225

Fotografia 70, 73, 262, 289, 313, 325, 356, 357, 358, 359, 361, 362

I

Identidade 39, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 129, 163, 207, 208, 211, 212, 229, 249, 263, 264, 287, 294, 356, 357, 358, 361, 362

Imaginário 219, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 292

Imprensa 63, 102, 104, 108, 109, 110, 111, 113, 121, 123, 124, 127, 129, 132, 135, 136, 162, 171, 173, 175, 176, 181, 194, 195, 198, 204, 213, 216, 217, 219, 224, 226, 227, 229, 230, 234, 235, 236, 251, 254, 260, 275, 277, 278, 283, 302, 309, 318, 319, 327, 332, 335, 342, 359, 363

Influenciadores digitais 44, 46, 64

Infográfico 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 291

J

Jornal impresso 14, 18, 102, 103, 104, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 194, 320, 350

Jornalismo 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 55, 56, 64, 68, 77, 78, 79, 81, 82, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 96, 109, 113, 118, 121, 138, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 168, 169, 170, 171, 174, 179, 180, 181, 182, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 232, 250, 251, 253, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 266, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 297, 298, 301, 303, 304, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 353, 354, 355, 363

Jornalismo automotivo 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

Jornalismo esportivo 77, 81, 82, 86, 87

Jornalismo literário 161, 162, 163, 168, 169

M

Mídia 5, 6, 8, 10, 12, 14, 22, 42, 48, 49, 51, 64, 68, 76, 78, 79, 82, 83, 90, 92, 93, 96, 100, 102, 103, 108, 109, 111, 126, 127, 128, 132, 137, 139, 159, 171, 175, 180, 181, 182, 193, 196, 197, 204, 216, 217, 224, 226, 227, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 249, 251, 254, 255, 261, 273, 274, 277, 279, 282, 283, 295, 309, 316, 318, 319, 320, 323, 324, 327, 328, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 352, 354, 355, 361

Mídias digitais 14, 79, 88, 98, 100, 102, 188, 297, 298, 302

Multiculturalismo 238, 239, 240, 241, 248, 249

N

Notícias 2, 4, 12, 13, 14, 17, 40, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 76, 79, 83, 85, 88, 94, 95, 99, 102, 104, 105, 106, 108, 121, 123, 127, 130, 131, 141, 144, 164, 174, 175, 180, 191, 192, 194, 197, 198, 201, 218, 230, 231, 233, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 274, 276, 277, 279, 283, 294, 303, 304, 316, 318, 320, 323, 325, 331, 335, 337, 338, 345, 346, 349, 350, 351, 353, 354

P

Presídio 184, 187, 188, 299

R

Redes sociais 1, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 46, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 75, 82, 83, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 117, 119, 121, 122, 123, 128, 131, 138, 139, 141, 145, 146, 165, 172, 200, 235, 259, 260, 285, 286, 289, 291, 331, 344, 345, 350, 357, 358, 361, 363

Reportagem 69, 102, 150, 161, 162, 164, 168, 169, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 231, 235, 236, 280, 281, 297, 301, 302, 304, 319, 324, 326, 338

Representatividade 116, 182, 184, 188, 189, 203, 211, 259, 260, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293

S

Saúde mental 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Segunda tela 88, 89, 93, 94, 95, 96

Sensacionalismo 227, 232, 235, 252, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 342

Subjetividade 52, 135, 147, 155, 162, 221, 332, 333, 342, 343

V

Valor-notícia 197, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-695-9



9 788572 476959